

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 17 | Número 2 | Julho – Dezembro 2023
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

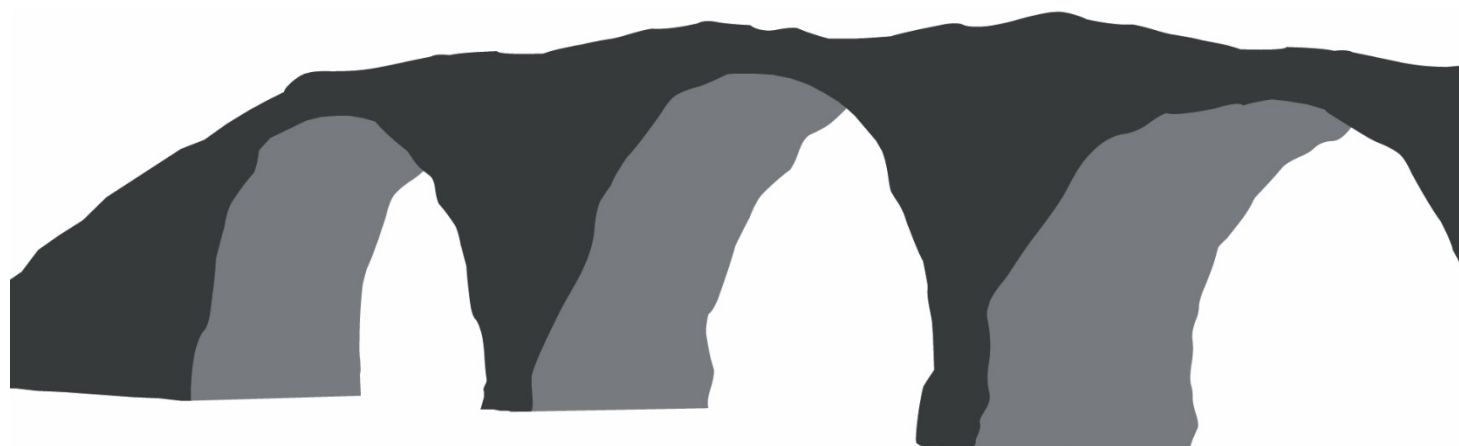
**EXISTIMOS E RESISTIMOS: ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO POLÍTICA E A
VALORIZAÇÃO DE MEMÓRIAS SUBALTERNIZADAS**

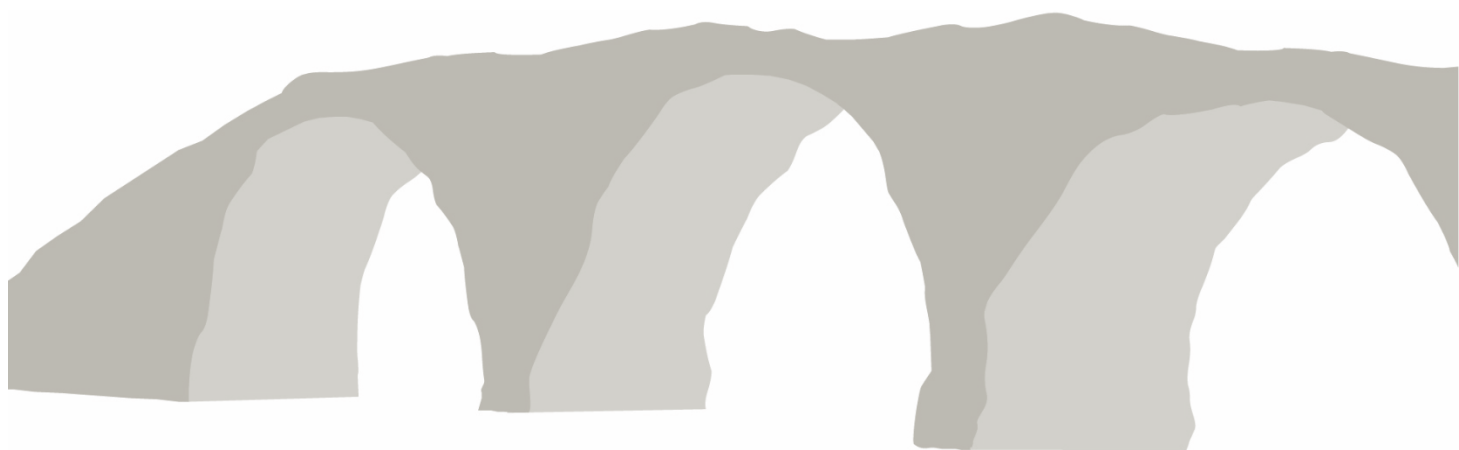
**WE EXIST AND WE RESIST: ARCHEOLOGY AS POLITICAL ACTION AND THE
VALUATION OF SUBALTERNATE MEMORIES**

**EXISTIMOS Y RESISTIMOS: LA ARQUEOLOGÍA COMO ACCIÓN POLÍTICA Y
LA VALORACIÓN DE LAS MEMORIAS SUBALTERNIZADAS**

Beatriz Valladão Thiesen

Vanessa Avila Costa





Submetido em: 28/10/2022.

Aceito em: 05/03/2023.

Publicado em: 31/07/2023.

**EXISTIMOS E RESISTIMOS: ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO POLÍTICA E A
VALORIZAÇÃO DE MEMÓRIAS SUBALTERNIZADAS**

**WE EXIST AND WE RESIST: ARCHEOLOGY AS POLITICAL ACTION AND THE
VALUATION OF SUBALTERNIZED MEMORIES**

**EXISTIMOS Y RESISTIMOS: LA ARQUEOLOGÍA COMO ACCIÓN POLÍTICA Y
LA VALORACIÓN DE LAS MEMORIAS SUBALTERNIZADAS**

Beatriz Valladão Thiesen¹

Vanessa Avila Costa²

RESUMO

Este artigo pretende discutir dois projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que buscam a valorização, no presente, da história de grupos subalternizados, como a comunidade negra rio-grandina e as(os) ex-operárias(os) de uma antiga indústria de tecidos da cidade: o “Programa de Salvamento Arqueológico na Praça Tamandaré: cotidiano e excluídos na modernidade riograndina” e o projeto “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”. Neles, partimos do entendimento de que a arqueologia é uma ação política e, como tal, deve estar a serviço dos grupos aos quais envolvemos nossas pesquisas, de modo a trazer benefícios a eles. Para isso, busca-se a realização de ações colaborativas que promovam o reconhecimento da importância de seus saberes e memórias para a cidade do Rio Grande (RS).

Palavras-Chave: Arqueologia, Ação Política, grupos subalternizados, memórias, ações colaborativas.

¹ Professora Associada do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: beatrizthiesen@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1037-0238>.

² Doutoranda e mestra em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Pesquisadora do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - FURG. Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: vanessaavilacosta@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8602-326X>.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir dos proyectos de extensión, desarrollados en el ámbito de Liber Studium - Laboratorio de Arqueología del Capitalismo de la Universidad Federal de Rio Grande (FURG), que buscan dar valor, en la actualidad, a la historia de grupos colocados em situação de subalternos, como la comunidad negra riograndina y las(los) ex-trabajadores de una antigua industria textil de la ciudad: el “Programa de Rescate Arqueológico en la Praça Tamandaré: cotidianidad y excluidos en la modernidad riograndina” y el proyecto “Objetos y Memorias de la Fábrica Rheingantz”. En ellos, partimos del presupuesto que la arqueología es una acción política y, como tal, debe estar al servicio de los colectivos que contemplamos en nuestras investigaciones, con el fin de traerles beneficios. Para eso, buscamos realizar acciones colaborativas que promuevan el reconocimiento de la importancia de sus saberes y memorias para la ciudad de Rio Grande (RS).

Palabras clave: Arqueología, Acción Política, grupos subalternos, memorias, acciones colaborativas.

ABSTRACT

This article intends to argue about two projects of extension, both developed in Liber Studium – Laboratory of the Capitalism Archeology of FURG (Universidade Federal do Rio Grande), which aim at arising the importance, nowadays, of the history of understated groups such as the local black community and the ex-workers of an old textile industry through the “Project of Archeological Rescue of Tamandaré Square: current and excluded people of modern Rio Grande” and the project “Objects and Memories of Rheingantz Factory”. In them we set from the understanding that archeology is a political commitment and, as such, we must be at service of the groups which we include in our researches as a way of bringing benefits to them. For this, we search for the accomplishment of collaborative actions which promote the acknowledgement of the importance of their knowledge and memories for the city of Rio Grande (RS).

Keywords: Archaeology, Political Action, subaltern groups, memories, collaborative actions.

ARQUEOLOGIA É POLÍTICA!

Fazer arqueologia é um ato político. Como de resto, qualquer fazer humano o é. Assim, precisamos ter consciência deste fato e realizar nosso ofício de forma crítica e socialmente engajada com o presente, de acordo com os interesses de grupos historicamente subalternizados, que sofrem opressões de gênero, raça, classe e outras.

Concordamos com McGuire, em sua entrevista à Fachini *et al.* (2021), quando diz que os arqueólogos e as arqueólogas podem usar seu ofício para avaliar interpretações do mundo real e construir histórias que sejam relevantes para as comunidades, a partir do estabelecimento de diálogos com elas, abrindo mão de um controle expressivo sobre a agenda de pesquisa e lutando por uma colaboração realmente significativa e eficaz, de modo a “desafiar tanto os legados do colonialismo quanto as lutas de classes onipresentes do mundo moderno” (Fachini *et al.*, 2021, p. 200).

Defendemos uma arqueologia que, em regime de colaboração com as comunidades, se posicione em favor das suas lutas contemporâneas, contra os sistemas de opressão estruturados pelo colonialismo que garantiram, no passado, os violentos processos de invisibilização e silenciamento ao qual elas ainda estão submetidas no presente. Afinal, “nem todas as pessoas têm suas vozes e histórias valorizadas do mesmo modo no passado e no presente” (Battle-Baptiste, 2011, p. 35). Neste sentido, a ciência arqueológica deve ser, sobretudo, uma prática antirracista, antissexista, anticlassista, antiLGBTQIA+fobia, etc.

Ao mesmo tempo, deve reconhecer o protagonismo dos grupos sociais expresso em suas práticas cotidianas de insubordinação ao poder no passado-presente, desde os atos de transgressão da ordem imposta considerados mais sutis, que estão materializados em seus objetos, paisagens e memórias. Temos que considerar, por uma ótica decolonial, que “sempre há resistências, contraprojetos e modos locais de estar no mundo que teimosamente resistem e permanecem ou se retiram silenciosamente para as margens da vida moderna/colonial” (Shepherd, 2015, p. 23).

Trata-se de realizar um movimento teórico e prático de resistência política e epistemológica à lógica da colonialidade. Para isso, entendemos que a construção de ações colaborativas com as comunidades às quais envolvemos em nossas pesquisas são fundamentais para a decolonização da ciência arqueológica. Conforme Silva *et al.* (2011), a arqueologia colaborativa, em seu escopo mais amplo, é concebida como uma prática arqueológica que tem como objetivo estabelecer a colaboração e o envolvimento de diversos grupos sociais em questões relacionadas à pesquisa e à gestão do patrimônio cultural. Dessa forma, parte-se de “uma perspectiva mais dialógica, para construir o conhecimento sobre o passado de modo mais dinâmico e dialeticamente relacionado ao presente” (Silva *et al.*, 2011, p. 37).

Partindo desta perspectiva, discutiremos dois projetos de extensão realizados na cidade do Rio Grande, situada no Estado do Rio Grande do Sul, e desenvolvidos no âmbito do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): o “Programa de Salvamento Arqueológico na Praça Tamandaré: cotidiano e excluídos na modernidade riograndina” e o projeto “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”. Estes buscam a valorização, no presente, da história de grupos subalternizados, como a comunidade negra rio-grandina e as ex-operárias e ex-operários de uma antiga indústria de tecidos da cidade.

Situada no Brasil meridional, junto à Barra da Lagoa dos Patos, Rio Grande é o último porto brasileiro, antes da fronteira meridional do Brasil e da entrada do Rio da Prata. Em uma área intensamente disputada por

Portugal e Espanha, Rio Grande surge como um povoado militar estabelecido na margem direita do canal com a finalidade de garantir a posse do território pelos lusos, no ano de 1737. É apenas no século XIX que a pequena vila se transforma em um núcleo comercial importante, devido, principalmente, ao estabelecimento das estâncias de produção de charque, a partir de 1780. A economia da região foi consolidada, dando origem a unidades produtivas escravistas nos moldes daqueles que caracterizavam a sociedade colonial brasileira: latifúndio, monocultura e mão de obra escravizada. Os produtos gerados na pecuária sul rio-grandense, que abasteciam o mercado interno brasileiro, passaram a ser comercializados através do porto do Rio Grande, gerando uma intensa atividade mercantil-marítima, que atraiu empresas comerciais de várias partes do mundo e criou uma nova dinâmica social relacionada a este comércio. Rio Grande atraía uma elite interessada no porto, que integrava o circuito mercantil do Atlântico sul.

A pequena vila de origem portuguesa, de finalidades defensivas, tornou-se uma cidade cosmopolita a partir de meados do século XIX e início do século XX. Com um porto extremamente ativo, estabeleceu-se o encontro de imigrantes de diversas origens, negros escravizados, libertos pobres e descendentes de portugueses, gerando novas formas de relações sociais.

É no final do século XIX que se estabelecem as primeiras indústrias da cidade do Rio Grande pelas mãos de imigrantes.

Em 1900, a população do município era de 24.653 habitantes. Rio Grande tinha, então, 4.199 prédios em seu perímetro urbano e em torno de 1.000 estabelecimentos comerciais. Em 1908, o Jornal “Times” previa que o porto do Rio Grande seria um dos mais importantes da América do Sul (Paulitsch, 2003). É nessa virada de século que a industrialização tem um forte impulso na cidade.

O discurso hegemônico da atualidade conta que a cidade, essencialmente portuguesa, tem uma característica marcante que a difere das outras, ao menos dentro do Estado do Rio Grande do Sul: sua vocação marítima. Essa "vocação marítima" e a formação portuguesa, que se tornaram os traços mais marcantes da identidade rio-grandina, aparecem na historiografia recente, em slogans de empresas privadas, no discurso do poder público municipal, nas falas cotidianas da população local. Consideramos grave o apagamento quase completo da memória da população negra na construção da história local: apesar da marca materializada na paisagem de antigos e abandonados clubes negros, da existência de um imenso número de casas de religiões de matrizes africanas e mesmo da existência de grupos quilombolas na região, suas histórias se perderam e se apagaram da memória coletiva. O mesmo se pode afirmar sobre o operariado que cresceu intensamente com o estabelecimento de inúmeras e grandes indústrias na cidade, cujas ruínas, que incluem unidades de produção e várias vilas operárias, ainda permanecem na paisagem local.

Compreendemos, conforme Chuva (2020, p. 32), que é nosso compromisso a busca por “caminhos transformadores e decoloniais por meio do patrimônio, capaz de construir pontes entre mundos, que (re)ligam histórias partidas, memórias silenciadas ou renegadas no presente”. Assim, o que propomos é a decolonização do patrimônio rio-grandino. A contraposição a um padrão de poder e às diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Busca-se o registro dos patrimônios tangíveis e também os intangíveis, como as memórias e os saberes historicamente subalternizados, e que leve à participação ativa das comunidades relacionadas a eles nas políticas públicas de patrimônio.

Para isso, estão sendo realizadas diversas ações colaborativas na esfera dos projetos mencionados, com o objetivo de promover o reconhecimento da importância dos patrimônios, saberes e memórias dos grupos envolvidos para a cidade do Rio Grande. O presente artigo pretende discutir estas ações, a partir do

entendimento de que a arqueologia é uma ação política e, como tal, deve estar à serviço dos grupos com os quais trabalhamos, de modo a trazer benefícios a eles.

FAZENDO POLÍTICA NA PRAÇA

A praça Tamandaré foi alvo de intervenção do Ministério Público Federal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que embargou as obras de construção das paradas de ônibus devido à presença de evidências arqueológicas no local. A realização deste projeto foi, portanto, condição *sine qua non* para a retomada das obras e realizou-se nos anos de 2015 e 2016.

A área original estava completamente coberta por bancos de areia, como é possível verificar na planta da cidade de 1829. Nessa mesma época, foram construídos no local poços, que abasteciam grande parte da cidade. Cabia aos escravizados irem aos poços buscar essa água para o abastecimento da casa de seus senhores, ou encherem as pipas para venda no comércio local. Além deles, a praça recebia as lavadeiras livres e escravizadas da cidade, que se utilizavam dos lagos que se formavam entre as dunas. No entorno deste espaço, para oeste, erguiam-se pequenos casebres, ocupados por pobres, forros e livres.

No final do século XIX a praça começou a ser aterrada e foi colocado o chafariz de bronze, iniciado o plano geral de embelezamento com a construção do lago, canteiros, plantação de árvores, instalação dos monumentos, bustos, etc. O chamado "aformoseamento" do espaço serviu não apenas para expulsar os antigos usuários, como para apagar a sua memória.

Mais recentemente, a praça sofreu uma série de intervenções que buscaram adaptá-la a novos usos e, nos últimos anos, ela foi alvo de um projeto de revitalização por parte da prefeitura municipal.

Estas intervenções nada mais são do que um tipo de destruição que corresponde ao saneamento da paisagem e da memória, como aquele que foi feito no final do século XIX. Mas o fato é que não entendemos isto como uma espécie de repetição da história. Esta é, ainda, a mesma história. Aquele tempo é hoje ainda. O espaço através do qual nos movemos, onde trabalhamos, a praça, tantas vezes destruída e reconstruída, ainda guarda marcas de eventos e coisas feitas num tempo que consideramos passado, mas que estão no presente, nos tocando, nos impondo condições. Essa paisagem inclui pessoas tão excluídas quanto aquelas que estavam ali no século XIX buscando água ou lavando roupas.

E é neste contexto que decidimos interpor um projeto arqueológico que pudesse contribuir no entendimento do processo de construção da história da cidade, abrindo novas perspectivas para a compreensão da sociedade capitalista local, até o presente, desconsiderados pela historiografia regional, e, ao mesmo tempo, reconhecer o direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania.

Assim, a pesquisa arqueológica da Praça Tamandaré se colocou a partir de uma perspectiva de reação às interpretações históricas existentes sobre a cidade e suas relações com a representação identitária usualmente apresentada pela população local. Uma série de materiais foram encontrados, nos dando elementos para pensar a vida daquelas pessoas: gente escravizada, adulta, crianças, e toda sorte de pessoas em situação de subalternidade.

Assim, concomitante aos trabalhos de escavação, foram realizadas intervenções com os usuários, através de conversas, chás, brincadeiras, mostras fotográficas, pinturas, onde pudemos nos aproximar um pouco do cotidiano dos usuários.

As ações têm como objetivo envolver as comunidades nos processos de produção, na interpretação arqueológica e nas políticas de gestão do patrimônio cultural. Buscamos tornar a pobreza, o racismo, a injustiça, e os direitos civis usurpados, não apenas visíveis, mas integrados na história das comunidades em presença. Buscamos um afastamento da investigação “sobre e para” comunidades, para pesquisas “por e com” comunidades. Essa mudança é paradigmática e ocorre no âmbito das ciências sociais em geral, contribuindo para o que Sonya Atalay (2010) chama de uma prática arqueológica sustentável.

Buscamos trabalhar em estreita colaboração com membros destes grupos que ocupam a praça hoje e realizar leituras alternativas de sua história, cultura e patrimônio. As escavações estiveram sempre abertas ao olhar e à visita dos diferentes grupos.

Quisemos fazer o paralelo entre os processos de subalternização e a resistência atual e os legados desses mesmos processos que era possível contar a partir do registro arqueológico. Assim, é possível integrar subalternidade/resistência ao patrimônio arqueológico local, propiciando a percepção de que existe um processo antigo que está na base desse sistema, favorecendo a ligação entre o patrimônio arqueológico e os grupos conectados, ou que podem se conectar a eles. O resultado que esperávamos é que houvesse a identificação das agendas que integram processos de subalternização e subalternizados com as perspectivas alternativas da história local apresentadas através da arqueologia (Matthews, 2011).

Todos temos a ganhar: de um lado, ampliamos nossas lentes interpretativas com o auxílio da comunidade, cuja subalternização traz consigo legados de exploração econômica e política, mas também de resistência, que continuam a operar ainda hoje. De outro, olhamos para este processo como algo que ocorre dentro de um sistema social de significados que define quem é quem, através de relações econômicas e políticas em curso. Esses grupos subalternizados, segundo nossas expectativas, poderiam perceber que sua situação é o resultado específico de relações histórico-sociais específicas, que podem, e devem, ser alteradas.

A fim de atingir nossos objetivos, foram desenvolvidas diversas ações no âmbito do projeto, desde a elaboração do logotipo até a criação do “Diário da Praça”.

O logotipo do projeto foi pensado com o objetivo de provocar as pessoas com imagens, que gerassem a oscilação da memória entre o presente, o futuro e o passado. A ideia fundamenta-se na crença de que cada imagem que olhamos, relacionamos com outras imagens e textos, e assim, podemos descobrir pontos de convergência de múltiplas temporalidades diferentes, já que temos a capacidade de comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido (Didi-Huberman, 2013). O logotipo parece ter sido apropriado, de alguma forma, por um grupo que realiza um artesanato no local e que vende seus trabalhos ali, aparecendo em quadros que foram colocados à venda.



Figura 1. Logotipo do Projeto. Arte: Ingrid Guimarães Cornaquini. Fonte: Arquivo Liber Studium.

Outra ação foi um exercício de escuta. Ela buscou as distintas narrativas pessoais através da interação entre um membro da equipe e pessoas usuárias da Praça. Buscou-se ajudar quem narrava a revelar sua história, suas memórias.

Também foi distribuído a quem utiliza a Praça um “mosquitinho” com a pergunta: *O que te lembra sobre a Praça Tamandaré?* As respostas traziam momentos vividos no local. Renato da Silveira (60 anos) disse que havia um coreto de madeira, muita areia e árvores de cedro. O senhor Joel Teixeira (78 anos) lembrou-se do *footing*: “Com a idade de 14 anos era chamada Geribanda. Havia um cata-vento e um tanque de água para os carroceiros darem de beber aos cavalos. E a praça era Geribanda por causa do cata-vento”.

Outra ação, denominada “Chá das Cinco”, foi pensada considerando que o chá, durante o século XIX, foi utilizado como veículo para convívio social, especialmente entre as mulheres burguesas. Apesar do ritual do Chá ter sido abandonado, consideramos que ele permaneceu no imaginário de alguns grupos como um momento agradável de sociabilidade. Assim, a proposta visou a ressignificação do ritual do chá, trasladando-o de um contexto social burguês, para um contexto social de subalternidade e de um tempo passado para o tempo presente. Subverte-se, assim, o espaço e se abole os limites temporais.

O local foi estrategicamente pensado: situamos a mesa em cima do Coreto da Praça, que permite uma grande visibilidade para a ação, para que olhos curiosos acompanhassem e quem se sentisse convidada e convidado, pudesse subir ao Coreto e nos acompanhar. Alguns de nós, que também formavam parte da ação e do projeto, auxiliavam, convidando pessoas que passavam.

O momento do chá, sempre iniciado às 17h, ao entardecer, marcava alguns minutos de sossego e conversa, dando oportunidade para que as pessoas se sentassem, olhassem ao redor e percebessem a Praça em sua estética de final de dia, misturando o andar apressado das pessoas com as luzes e os movimentos do entardecer. O apelo deveria tocar nos seus sentidos e emoções, provocando a sensação de pertencimento àquele lugar e favorecendo que as lembranças aflorassem. E afloraram, às vezes tristes, às vezes engraçadas, às vezes incompreensíveis para a nossa lógica. Diversas pessoas retornaram ao nosso encontro e nos deixaram outras lembranças, outras promessas e alguns pedidos.

Já o “Mural de Lembranças” constituiu-se de um quadro com post-its que foi colocado em dois lugares diferentes durante algumas horas. Ali, as pessoas deveriam deixar por escrito alguma lembrança sua na Praça. A receptividade foi grande, mas a estranheza maior ainda. Os olhos curiosos ao mural eram inúmeros, pessoas

com vontade de se aproximar, mas, talvez por vergonha, ficaram apenas olhando. Algumas escreveram voluntariamente, outras foram convidadas, pois se mostravam interessadas na atividade.

Dentre tantas surpresas, tivemos o retorno do senhor Lonato, que nos havia prometido que passaria novamente no local. Dividiu conosco a memória de sua mãe que o trazia à Praça. Comentou, ainda, de uma foto, que foi tirada quando tinha três anos de idade: *"Incrivelmente, passaram-se 76 anos e, mesmo assim, as idas à Praça trazem o gosto de infância"*.

Além disso, a fotografia foi entendida como um objeto de memória, fazedor de lembranças, capaz de provocar rememorações e ponto inicial de narrativas memorialistas. Assim, as fotografias da Praça estiveram permanentemente expostas junto à escavação.



Figura 2. Usuária da praça olhando o varal de fotografias. Fotografia: Célia Pereira. Fonte: Arquivo Liber Studium.

Também se realizou um "Brechó", cuja moeda era uma memória. Nesta ação foi utilizada a associação do varal de fotografias, a mesa do chá e uma banca de roupas usadas, com um cartaz: "Troco roupas por histórias". A experiência foi instigante. Em geral, as pessoas se aproximavam e diziam que queriam determinada roupa, mas que não tinham nenhuma história para contar, que suas vidas eram desinteressantes, ou não tinham nenhuma importância. Assim, incentivadas a contar para obter uma roupa, acabavam realizando relatos às vezes comoventes, às vezes engraçados. O resultado foi a valorização das histórias individuais e dos sujeitos envolvidos.



Figura 3. Ação “Troco roupas por Histórias”. Fotografia: Célia Pereira. Fonte: Arquivo Liber Studium.

Outra ação propôs – a partir da convocatória “Uma foto na Tamandaré” - a participação da comunidade pelo envio de fotografias de seus acervos, com um breve relato, em endereço virtual em rede social (Facebook), para posterior exposição no coreto. A exposição foi realizada alguns meses após a coleta das fotos.

Já o “Diário da Praça” foi uma publicação semanal, de 500 exemplares, distribuídos nas sextas-feiras aos frequentadores da Praça. Ali foram relatadas as atividades da equipe, narrativas das pessoas que foram sendo contactadas, constituindo-se num canal de comunicação entre arqueólogas(os) e comunidade.



Figura 4. Usuários da praça com o “Diário da Praça”. Fotografia: Célia Pereira. Fonte: Arquivo Liber Studium.

Nas conversas que tivemos com usuárias(os) da Praça, histórias fluíram e se misturaram. Histórias sobrenaturais, histórias de guerras, histórias de antepassados, histórias do presente. Histórias que explicam ações realizadas no hoje, que promovem apropriações desse espaço entre distintos grupos.

Mas a Praça é ainda um universo por entender. Conseguimos nos aproximar de algum parco conhecimento. Vimos e conversamos com meninos em vulnerabilidade social que passam suas manhãs em torno dos leões do monumento túmulo; desempregados que se acomodam ao redor do coreto, com seus envelopes contendo currículos e histórias de vida de todo Brasil; imigrantes senegaleses falando uma língua africana desconhecida para nós e fugindo da fiscalização; funcionárias e funcionários da Praça; mães que esperavam seus filhos; comerciantes informais disputando espaços e direitos; prostitutas e religiosos também disputando espaços e direitos. Vimos as tragédias cotidianas dos moradores da Praça, do cadeirante sem acesso ao banheiro público, da falta de segurança.



Figura 5. Usuários da praça olhando o varal fotográfico e manuseando as fotografias. Fotografia: Célia Pereira. Fonte: Arquivo Liber Studium.

"Descobrimos" veteranos da Segunda Guerra e a presença africana (como da nação Jêje) e a importância de certas plantas, presentes na Praça, nos seus saberes tradicionais (como as taquaras, o Jambo branco e a paineira). Nos deparamos com lembranças de animais, do Candy, do pipoqueiro, do lambe-lambe, do fotógrafo do cavallinho, dos camelôs.

Nossas ações sempre tentaram atingir o maior número de grupos possível. Os trabalhos de escavação sempre foram bem recebidos pela comunidade, com interesse e curiosidade. Mas, apesar de tudo, sabemos que os mais subalternizados são os mais difíceis de ser alcançados. Nossa presença constituiu-se em uma ameaça. Éramos a elite, "da universidade", os detentores do saber. Assim, em nenhum momento conseguimos nos aproximar efetivamente das pessoas em situação de rua, que faziam da Praça a sua casa. Qualquer tentativa de aproximação foi sempre vista como ameaça e resultava em um rápido afastamento. Provavelmente em razão das ações do poder público em retirá-los dali e com o qual, deveríamos estar sendo identificados. Nossa condição, por vezes, também nos colocava em situações difíceis. Por exemplo: as mulheres da equipe tinham imensa dificuldade na aproximação com os senegaleses muçulmanos e a língua foi uma barreira significativa. No entanto, no transcurso do tempo, conseguimos a proximidade deles. Eles fizeram fotografias com as câmeras que disponibilizamos, expuseram suas fotos no entorno da escavação e, depois, ficaram com elas. Além disso, alguns participaram ativamente na pintura de uma escultura em cimento de lobo marinho, uma espécie de símbolo local, que hoje adorna a entrada do campus da Universidade.

E, mais complicado, nem tudo ocorreu como esperávamos. Durante a primeira campanha, o container, onde guardávamos nosso equipamento e que servia de laboratório de campo na Praça, foi assaltado. Interpretamos isso como uma ação de resistência à nossa presença na Praça. Aqueles subalternizados, ou parte deles, a quem buscávamos abrir caminhos para que suas vozes fossem ouvidas, não nos viram como aliados.

Mas algumas coisas foram alcançadas: com essas histórias e os materiais encontrados nas escavações, realizamos uma exposição no shopping Partage. A mídia local se mobilizou, apresentando reportagens no jornal, televisão e em rádios locais. Um pequeno livro de poesias, elaborado pela integrante da equipe Aline Mendes, com as histórias que nos foram contadas, foi publicado e distribuído gratuitamente na Praça e durante a exposição.

O balanço que podemos realizar hoje, passados já 7 anos do final dos trabalhos, não é de todo positivo. A administração atualmente no poder, recusa-se a ouvir tais histórias e planeja a “revitalização” da praça. Buscou-se, por todos os meios que estavam ao nosso alcance, dialogar, mostrar a violência presente nas ações da prefeitura. Em vão...

FAZENDO POLÍTICA NA FÁBRICA

Como vimos, a história oficial de patrimônio do Rio Grande, centrada em uma narrativa hegemônica luso-brasileira e na “vocação marítima” da cidade, acaba silenciando outras narrativas de pessoas que foram importantes para a construção do município, como as operárias e operários das fábricas que aqui se estabeleceram pelas mãos de imigrantes europeus (Thiesen, 2011). Nesse sentido, como uma forma de combater a invisibilização da memória operária na cidade do Rio Grande, o projeto “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz” tem buscado pelos objetos relacionados ao cotidiano das(os) operárias(os) da fábrica Rheingantz e as histórias que eles carregam.

Fundada em 1873 na cidade do Rio Grande, a Rheingantz foi a primeira indústria de tecidos do Rio Grande do Sul. No Brasil, também foi pioneira na instalação de um setor de fiação penteada, no ano de 1904, o que possibilitou a produção de tecidos finos e casimira (Silva, 2012).

Conhecida por seus tecidos de lã de alta qualidade, a produção fabril era realizada majoritariamente por mulheres. Sendo uma grande força de trabalho, elas atuavam em setores como fiação, urdições, liços e tecelagem para a produção dos tecidos, cobertores e tapetes e confeccionavam roupas, como ponchos, jaquetas e casacos. Em cada um desses objetos produzidos pelas operárias, que muitas pessoas ainda guardam em casa, a memória das trabalhadoras está presente.



Figura 6. Operárias e operários saindo do trabalho na Fábrica Rheingantz. Fonte: Acervo do projeto de extensão “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”.

Consideramos que ao lidar com a dimensão mais sensível e potente dos objetos – a sua capacidade de trazer à tona memórias e sentimentos – é possível provocar reflexões à comunidade rio-grandina sobre o apagamento da narrativa operária na cidade. Dessa forma, o projeto procura estimular o debate sobre "o que é patrimônio?" por meio de intervenções públicas críticas enfocadas pela materialidade (González-Ruibal, González, Criado-Boado, 2018), que criem o diálogo em torno da necessidade de valorização das histórias não só das operárias e operários que trabalharam na Fábrica Rheingantz, mas de tantos outros que também construíram a cidade do Rio Grande. A Exposição Arqueológica Digital “Procura-se objetos e memórias da Fábrica Rheingantz” compõe uma destas intervenções, que inspirou a criação do projeto.

Esta exposição ocorreu durante a pandemia da COVID-19, através do site do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense³, entre os dias 17 e 31 de julho de 2020. Tinha como objetivo trazer à tona as memórias de operárias e operários que trabalharam na Rheingantz e familiares, especialmente das mulheres trabalhadoras, que eram a maioria na indústria, através de objetos referentes à fábrica que as pessoas ainda guardam em suas residências, mesmo após o seu fechamento na década de 1990. Assim, ela contou com diversas fotos de objetos, como cobertores, ponchos, mantas, carretéis, camisas, casacos e documentos que narram não apenas as vivências das pessoas que trabalharam na fábrica, como também daquelas que possuem memórias e sentimentos de afeto que estão intrinsecamente ligados a estes objetos (Pereira, 2017). Dessa forma, partimos do entendimento de que os objetos e as histórias que fizeram parte desta exposição são patrimônios da cidade do Rio Grande e tem de ser reconhecidas como tal.

Para que a exposição pudesse ser realizada mesmo em contexto de pandemia, o contato com o público se deu por meio das redes sociais. Uma postagem convidando as pessoas a contribuir com a criação de uma exposição sobre as histórias de operárias da Rheingantz, enviando fotos de seus objetos, juntamente com as memórias que estes carregam, foi publicada no Facebook e Instagram.

³ Site da exposição “Procura-se objetos e memórias da Fábrica Rheingantz”:
<http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/2020/07/28/procura-se-objetos-e-memorias-dafabrica-rheingantz/>

Após a publicação, recebemos fotos de diversos objetos, como roupas e cobertores produzidos na Rheingantz, carretéis que outrora pertenceram à costuraria da fábrica, carteiras de trabalho de funcionárias e outros documentos. Materialidades estas que não apenas contam histórias, mas que carregam consigo uma parte de cada pessoa que com elas viveu. É assim, por meio das relações sociais construídas com humanos, que “as coisas adquirem vida própria” (Stallybrass, 2016, p. 19). É esta trajetória das materialidades emaranhadas nos caminhos percorridos por operárias(os) que quisemos enfatizar nesta exposição. Partiu-se, portanto, da perspectiva de que o museu “é feito por seus usuários, seguindo os ritmos e medidas que eles lhe atribuem” (Soares & Scheiner, 2009, p. 2485).

Assim, cada materialidade que integrou a exposição do museu narrou uma história. Paula Boroni, bisneta da operária Celina Silva da Rosa, enviou a foto de um cobertor que fora de sua bisavó, juntamente com um relato:

Minha bisavó materna trabalhou com tecelagem na fábrica da Rheingantz, por volta dos anos 50. Minha mãe conta que quando abriu a loja da Rheingantz, a partir dos anos 70, a bisá já estava desligada da Fábrica... mas recorda que em todo inverno ela comprava peças confeccionadas lá, como cobertores, casacos pesados e ponches. Por motivos de doações, hoje nos restou apenas um cobertor daquela época. É muito lindo, um dos meus favoritos. Traz a minha mãe boas memórias de junto a sua avó.

Outro objeto que fez parte da exposição foi uma polegada que fora da operária Jercy Soares da Costa e que hoje pertence a sua filha Malucelli. Ela conta que seus pais trabalharam na Rheingantz. Sua mãe era tecelã e, segundo ela, toda tecelã possuía uma polegada. Esta servia para medir o tecido que a operária estava tecendo. A foto enviada por Malucelli mostra que a polegada ganhou um novo uso: o de chaveiro. Isto demonstra o vínculo afetivo da interlocutora com o objeto que, em suas palavras, “vale mais que ouro”, pois remete à memória de sua mãe já falecida.

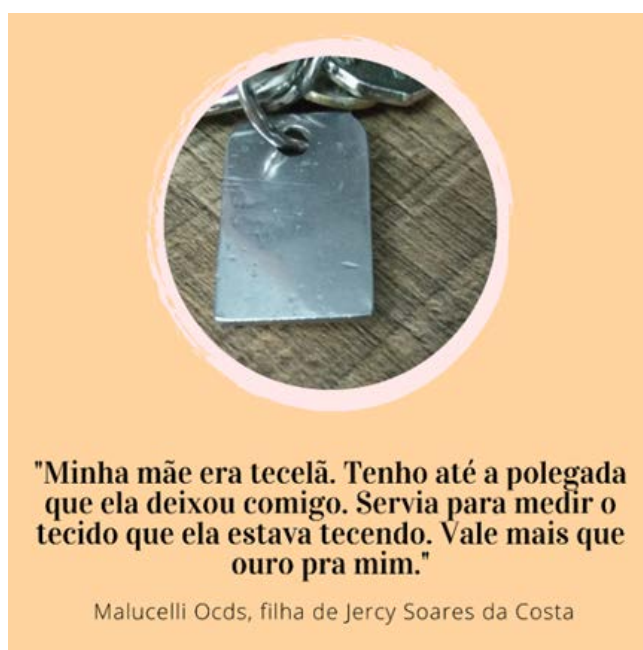


Figura 7. Foto e relato da interlocutora Malucelli na exposição. Fonte: Vanessa Avila Costa, 2020.

Também fez parte da exposição a foto dos carretéis de uma outra interlocutora, enviada juntamente com um relato. Após o fechamento da fábrica, Maria Marilena, que trabalhou na costuraria, levou alguns carretéis de linhas para a sua casa e os guardou como recordação. Ela conta que trabalhou na fábrica durante dois ou três anos e que confeccionava ponchos e jaquetas. Assim como Maria Marilena, Laureci Bastos guardou um cobertor e um poncho feitos por ela quando trabalhou na fábrica e enviou fotos dos mesmos para que integrassem a exposição.

A exposição também contou com recursos sonoros, como sons de teares antigos e de um apito de fábrica, para trazer à e ao visitante a sensação de imersão no ambiente fabril. Assim como as fotos dos objetos, os sons foram um gatilho para despertar memórias da Rheingantz. Ao todo, foram expostas 32 fotos de cobertores, roupas, documentos e outros objetos referentes à fábrica, enviadas pelas pessoas, juntamente com suas narrativas.

Após a realização da exposição, recebemos alguns comentários de visitantes. Estes contribuíram para avaliar o seu poder de ressonância junto ao público. Sabrina Macedo, por exemplo, deixou o seguinte comentário: *“Parabéns pela exposição, lindíssima! É muito importante que as pessoas se percebam como parte da História, que suas vidas cotidianas e suas memórias constituem o tecido de um todo maior!”*. Marilda Silva compartilhou conosco um pouco de sua história: *“Muito legal! Conheço algumas histórias. Tenho cobertor e dois ponchos feitos na Rheingantz. Minha vó, minha mãe e eu trabalhamos na fábrica”*. Fernanda Ayres também deixou sua contribuição: *“Que lindo esse recorte de memória, o afeto das falas faz com que transborde de emoção”*.

Além disso, as pessoas que atuaram ativamente na sua criação, enviando suas fotos e relatos, se sentiram representadas pela exposição ao verem seus objetos e as suas histórias sendo contadas no site de um museu histórico. Nas palavras de Nanda San, *“Foi um prazer enorme ver o nome da minha família ali”*.

Após a realização da exposição, recebemos mais fotos de materialidades da fábrica acompanhadas de diversas memórias. Dessa forma, para que a exposição pudesse ser divulgada e a interação com o público pudesse ser realizada, foram criadas redes sociais para o projeto: uma página no Facebook denominada “Memórias da Rheingantz” e o Instagram @fabrica.rheingantz. Ambos contam com postagens de fotos e narrativas enviadas principalmente por pessoas que trabalharam na indústria e familiares, seguindo a mesma perspectiva da exposição digital.

Em contexto de pandemia, a exposição arqueológica em formato digital provocou reflexões sobre o papel dos objetos na construção das pessoas (González-Ruibal, 2012) e, além disso, demonstrou que eles atuam como agenciadores de uma pluralidade de memórias.

Assim, tomando como base esta primeira atividade, outras ações foram realizadas na esfera do projeto. Uma delas é a Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz, que tem como finalidade reunir as pessoas que trabalharam na indústria e familiares.

O primeiro encontro foi realizado em 9 julho de 2021 e ocorreu em uma plataforma de videoconferência devido à pandemia. Nele, contamos com a participação de ex-operárias e também de filhas e netas de mulheres que integraram este universo fabril: Ilca Pereira Rodrigues e sua filha Clara Elaine Pereira Rodrigues, Mirlane Garcia de Oliveira e sua filha Thaynara Garcia de Oliveira, Marilda de Oliveira Silva, Nara Regina Ramires Nery e Dalva Freitas Costa.

Os artigos têxteis que eram produzidos na indústria, diretamente ligados às vivências de operárias, foram apresentados pelas participantes, assim como suas fotografias, carteiras de trabalho e outros objetos. Estas materialidades atuaram de forma a estimular, entre elas, o diálogo sobre as suas histórias e trajetórias de vida.

O encontro foi gravado e o vídeo⁴ transmitido no evento Cidades em Transe: patrimônios, conflitos e contranarrativas urbanas (GEEUR/UFPel), em 19 de agosto de 2021. Durante a realização da Roda de Memórias, cada convidada relatou as suas lembranças através dos objetos que guarda em casa. Mirlane, que mostrou diversos cobertores confeccionados na Rheingantz, conta que, além dela, toda sua família trabalhou na fábrica: “*meu pai trabalhou, meus tios trabalhou, meu irmão trabalhou. Todos nós trabalhamos na Companhia. Minha mãe também*”. Ela iniciou na fábrica como aprendiz nos liços aos 13 anos de idade e, depois, passou a trabalhar na tecelagem. Por último, trabalhou na loja da Rheingantz e no Escritório Central. Assim como Mirlane, Marilda e Dalva também trabalharam como aprendiz nos liços quando eram menores de idade.



Figura 8. Thaynara e Mirlane mostrando um cobertor produzido na Fábrica Rheingantz. Fonte: Vanessa Avila Costa, 2021.

Nara Regina destaca que seus avós trabalharam na fábrica, assim como sua mãe, Noely Francisca Ramires Nery, que trabalhava na urdição, e seus padrinhos. Já Ilca e sua filha Clara começaram a trabalhar na fiação quando ainda eram menores de idade. Algumas delas, inclusive, guardaram suas carteiras de trabalho do menor, como uma recordação do seu trabalho na Rheingantz. Enquanto mostravam os documentos umas para as outras, Clara salienta: “*essas carteiras são relíquias*”, o que demonstra o vínculo afetivo da participante da Roda de Memórias com a fábrica e a importância do patrimônio industrial da Rheingantz na vida dela, enquanto construtor de sua identidade. Nesse sentido, o ato de “guardar” pode ser entendido como forma de preservar o artefato e a memória (Costa, 2020, p. 95) relacionada às suas vivências e de seus familiares no espaço fabril.

Nara Regina também apresentou às participantes uma câmera fotográfica muito antiga, que sua mãe comprou com seus primeiros salários adquiridos na fábrica. Todas as interlocutoras ainda possuem cobertores fabricados na Rheingantz, que guardam como uma recordação dos anos em que elas e familiares trabalharam na indústria. Após mostrar seus dois cobertores, Marilda nos contou a seguinte história:

A mãe trabalhou ali na tecelagem e também a mãe trabalhou ali nos jacquard, que era outra tecelagem que faziam esse tipo de cobertor com flores que eu tenho, porque a tecelagem fazia mais o padrão xadrez, linhas

⁴ O vídeo da Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz está disponível no YouTube: <https://youtu.be/END090UfbDQ>

retas né, e aí nos jacquard é que faziam esse floreado que eu tenho. E aí por isso a mãe comprou pra me dar quando eu tava noiva do Milton pro nosso enxoval né, esse cobertor.

Entendemos, à luz de Dohman (2013), que as coisas têm alma. Nesse sentido, “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (Gonçalves, 2003, p. 31). Tal como no passado, tece no presente as relações sociais dessas mulheres que trabalharam na fábrica, agenciando uma teia de significados.

Os objetos que foram apresentados pelas participantes da Roda de Memórias foram capazes de “despertar aspectos singulares nas reminiscências do indivíduo, pelas recordações de vivências passadas que alternam tensões entre esquecimentos e saudosismos, nos sentidos e sensações reavivados pela lembrança material”. Desse modo, “ao proporcionar a conexão com o mundo, os objetos mostram-se companheiros emocionais e intelectuais que sustentam memórias, relacionamentos e histórias, além de provocarem constantemente novas ideias” (Dohman, 2013, p. 33).

Outra ação realizada foi a gravação do documentário “Vivências cotidianas de operárias na Fábrica Rheingantz”. Este ocorreu através de uma parceria com a Nova Rheingantz, do grupo Innovar, empresa responsável pela revitalização da antiga fábrica, o que possibilitou realizar a gravação no interior do prédio. O documentário foi transmitido no YouTube⁵ no dia 15 de agosto de 2021 e fez parte da programação do Dia do Patrimônio do Estado, que tinha a educação patrimonial como temática.

Assim, o documentário foi produzido juntamente com Marilda Silva, Mirlane Oliveira, Ilca Rodrigues e Clara Elaine Rodrigues, partindo do entendimento de que as mulheres que integraram o universo fabril da Rheingantz são protagonistas na construção deste importante patrimônio industrial da cidade. Este foi elaborado por meio de uma ação de educação patrimonial realizada na fábrica, que tinha como objetivo promover a valorização das narrativas de ex-operárias através de seus olhares à materialidade da indústria.

Buscou-se estimular o diálogo com elas a partir dos objetos ainda presentes na fábrica, já que estes têm o poder de provocar lembranças e de despertar sensações, assim como a própria arquitetura. Dessa forma, no documentário, elas narram suas vivências cotidianas ao imergirem no universo da Rheingantz. Caminhando pelos espaços de produção fabril que lhes são tão conhecidos, elas trazem à tona diversas memórias não apenas de suas próprias trajetórias, mas também de suas mães, pais, avós e outros familiares, que, assim como elas, também trabalharam na fábrica.



Figura 9: Ilca explicando o funcionamento da máquina da fiação em que ela trabalhou. Fonte: Documentário “Vivências cotidianas de operárias na Fábrica Rheingantz”, 2021.

⁵ Link do YouTube para acesso ao documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=qU8WRAgR2dQ&t=553s>

Suas relações de afeto com o maquinário, os tecidos e os novelos de lã são evidenciadas em suas narrativas enquanto experenciam, novamente, esses objetos, sentindo seus cheiros, texturas e costuras e lembrando os sons da fábrica, como o barulho das máquinas e do apito da sirene, ainda presentes em suas lembranças. Dessa forma, o documentário revela o seu sentimento de pertencimento à Rheingantz e a importância de dar visibilidade às suas histórias.

Ao mesmo tempo, estas ações atuam como um gatilho para reavivar memórias que já foram esquecidas. Nesse sentido, é necessário salientar a importância do

desenvolvimento de ações que estimulem a recordação, na valorização das experiências vividas, das emoções sentidas, dos saberes construídos, das histórias afetivas, das relações significativas e que reforcem a ideia do sujeito como agente da memória, produtor de cultura e conhecimento (Figurelli *et al.*, 2016, p. 137).

O documentário possibilitou o reencontro de Ciza com Ilca, amiga da fábrica que ela não via há muito tempo. Segundo a neta de Ciza, ambas trabalharam no setor da fiação por volta das décadas de 1940 e 1950. Em suas palavras,

O legal da vó ter visto o vídeo das Vivências, é que antes quando ela contava as histórias, não lembrava nenhum nome técnico do maquinário. Mas depois de ter visto a dona Ilca falando, ela começou a falar também (“ponta”, “corredeira”, etc) (...) O vídeo foi ótimo para estimular a memória dela.

Assim, em todas as ações, buscou-se formas de “fortalecer a memória e potencializar nos sujeitos da ação a sensação de acolhimento e, conseqüentemente, contribuir para a elevação da autoestima tão prejudicada nos quadros de perdas de memória e frequentemente observada na população senil” (Figurelli *et al.*, 2016, p. 138).

O projeto segue atuando ativamente na busca pela valorização da memória operária na cidade, especialmente das mulheres trabalhadoras. Entre as ações mais recentes estão a “2ª Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz” e a exposição itinerante “Lãs que tecem memórias: cotidianos de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz”. A segunda edição da Roda de Memórias ocorreu na antiga fábrica, durante as comemorações do Dia do Patrimônio de 2022, e contou com a participação de ex-operárias e familiares de mulheres que trabalharam na indústria. Já a exposição, que tem como objetivo principal manifestar os cotidianos do trabalho feminino através de objetos da fábrica, recursos sonoros, como o apito da fábrica e o barulho dos teares, e também de fotos e memórias de mulheres operárias, está percorrendo diversos pontos⁶ do município de Rio Grande, e também já esteve na cidade vizinha, Pelotas, no ano de 2022. As ex-operárias e também familiares de mulheres que trabalharam na Rheingantz atuaram ativamente na elaboração da exposição, emprestando e escolhendo as suas peças de vestuário e cobertores produzidos na indústria que seriam expostos em cada local. Além disso, suas fotos e relatos sobre suas vivências e de suas antepassadas no espaço fabril também ganharam destaque na exposição.

⁶ Até o momento, a exposição já percorreu o prédio da Alfândega, situado no centro, o Praça Rio Grande Shopping, localizado na vila São Miguel, o Ponto de Cultura ArtEstação, localizado na antiga estação ferroviária Vila Siqueira, no Balneário Cassino e também a antiga fábrica Rheingantz. Em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, esteve no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, uma vez que a Rheingantz possuía uma fábrica de Chapéus e uma loja com costuraria própria no município.

O lugar mais significativo em que ela esteve foi na antiga fábrica Rheingantz, ocorrendo entre os dias 18 e 20 de agosto, juntamente com a Roda de Memórias, que aconteceu no último dia de comemorações da Semana do Patrimônio. Dessa forma, as ex-operárias retornaram à fábrica, atuando como protagonistas ao narrar suas próprias trajetórias de vida na indústria e apresentar ao público os seus objetos da Rheingantz, que fazem parte da exposição, bem como as histórias que eles carregam.



Figura 10. Participantes da “2ª Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz” e, ao fundo, a exposição “Lãs que tecem memórias”, na antiga indústria. Fonte: Marilda Silva, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, as políticas de patrimonialização são fundamentadas em uma noção linear de tempo que fixa lugares e seus conteúdos materiais e discursivos num passado estático e desconectado do presente e das pessoas que hoje interagem e se envolvem com esses espaços. No que se refere a grupos socialmente subalternizados, seus interesses e experiências tendem a ser deslegitimados e invisibilizados não apenas nos processos decisórios como também nas próprias narrativas sobre o passado produzidas nesses processos.

Reconhecemos, com Mark Leone (1995), a importância do papel político do passado e a importância de conectar esse passado ao presente.

Se a história contada oficialmente sustenta o mito do português e seus descendentes como os únicos herdeiros legítimos do passado da cidade, contar histórias alternativas é de grande importância para as pessoas cuja posição na sociedade e cuja identidade podem ser afetadas com aquilo que se faz e se pensa sobre o passado (Leone, 1995).

Neste sentido, pensamos que é nossa obrigação refletir sobre essas guerras de narrativas e considerar que estamos travando lutas simbólicas e materiais. E que é preciso entender que tratar de patrimônio é tratar do direito à memória e de sujeitos silenciados. Lima (2013, p. 179) já nos alertava: “Se assumir um caráter ativista

e engajado, ela [a Arqueologia] tem forte potencial para contribuir para a construção de políticas sociais emancipatórias e, por conseguinte, para maior justiça social, robustecendo esses grupos perante os interesses dominantes”. Salientamos, desta forma, a ética e o compromisso social e político que a Arqueologia deve ter com grupos subalternizados e que foram excluídos da história oficial. Muitas vezes, inclusive, pelos próprios arqueólogos e arqueólogas que trabalham apenas com uma temporalidade, desconsiderando todo o resto. Em momentos assim restam duas opções: contribuir com esse silenciamento ou buscar a valorização de suas memórias, para que estes grupos possam empoderar-se. Sendo assim, lembramos que a história é feita, principalmente, de apagamentos e, parafraseando Mark Leone (1995), essas pessoas não são postas de lado por engano, ao construir uma história. Conforme o autor, é a política de classes a responsável pela omissão de subalternizadas e subalternizados, afinal, ela constrói práticas de exclusão de pessoas e, nesse sentido, suas histórias não são contadas, deixando a Arqueologia como um meio para que sejam ouvidas. Além da política de classes, destacamos que outros marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade e raça, também estruturam as desigualdades de poder. O racismo estrutural, o patriarcado, a LGBTQIA+fobia são responsáveis por ocultar os passados de grupos subalternizados. É necessário, como já dissemos antes, perder a inocência e considerar que o que fazemos é política.

Ressaltamos o compromisso social da Arqueologia ao lidar com as relações entre objetos e pessoas, no passado-presente, e reafirmamos aquilo que não devemos esquecer: Rio Grande também foi construída pela comunidade negra, por operárias e operários e outros grupos subalternizados, e suas memórias não podem ser apagadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas(os) as(os) bolsistas do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG que participaram dos projetos aqui expostos e às(aos) interlocutoras(es) que compartilham conosco suas histórias de vida e tornam nosso trabalho possível.

REFERÊNCIAS

- Atalay, S. (2006). Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *The American Indian Quarterly*. 30: 280-310.
- Battle-Baptiste, W. (2011). *Black feminist archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2011.
- Chuva, M. (2020). Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In Duarte, A. (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35.
- Costa, E. (2020). Presença/ausência de Museus na Amazônia Marajoara: entre desafios e perspectivas contemporâneas. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3.
- Didi-Huberman, G. (2013). *O que vemos nos olha*. São Paulo, Editora 34.
- Fachini, C. et al. (2021). Entrevista com Randall McGuire. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v.16, n.02, p. 197.

- Figurelli, G. *et al.* (2016). Memória, Senilidade e Museu: o caso do Museu Histórico de Morro Redondo-RS. *Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.*, Ponta Grossa, 24 (2): 133- 144.
- Gonçalves, J. (2003). O patrimônio como categoria do pensamento. In Abreu, R., Chagas, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- González-Ruibal, A. (2012). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, V. 23 (2), pp. 103-116.
- González-Ruibal, A., González, P., Criado-Boado, F. (2018). Em contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. *Chungara - Revista de Antropología Chilena*, p. 1-7.
- Leone, M. (1995). A historical archaeology of capitalism. *American anthropologist*, v. 97, n. 2, p. 251-268.
- Lima, T. A. (2013). Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 7(1), 179–207.
- Matthews, C. (2011). The Archaeology of Race and African American Resistance. *African Diaspora Archaeology Newsletter*: Vol. 4: Iss. 1, Article 16.
- Paulitsch, V. (2008). *Rheingantz: Uma Vila Operária em Rio Grande*. Editora da FURG, Rio Grande, RS.
- Pereira, C. (2017). *Juntando os cacos: reflexões para uma arqueologia de objetos de afetos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS.
- Shepherd, N. (2015). Arqueología, colonialidad, modernidad. In Gnecco, C., Haber, A., Shepherd, N. *Arqueología y decolonialidad*. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo.
- Silva, F. *et al.* (2011). Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*. 3 (1): 32-59.
- Silva, R. (2012). *O valor econômico do patrimônio cultural: o caso da fábrica Rheingantz em Rio Grande – RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas.
- Soares, B., Scheiner, T. (2009). A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa. In Freire, G. *E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. João Pessoa: Ideia/Editora.
- Stallybrass, P. (2016). *O casaco de Marx: roupa, memória e dor*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, MG, 5ª ed.
- Thiesen, B. (2011). Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade - Rio Grande (RS). *Revista Méti: História & Cultura*. Universidade de Caxias do Sul. v. 8, n. 16.